



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU**

IMO GRÁCIO MÁRCIO

**A POLÍTICA DE AJUDA EXTERNA JAPONESA: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A AGÊNCIA JAPONESA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
(JICA) EM MOÇAMBIQUE**

REDENÇÃO/CE

2022



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU**

IMO GRÁCIO MÁRCIO

**A POLÍTICA DE AJUDA EXTERNA JAPONESA: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A AGÊNCIA JAPONESA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
(JICA) EM MOÇAMBIQUE**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

REDENÇÃO/CE

2022

IMO GRÁCIO MÁRCIO

**A POLÍTICA DE AJUDA EXTERNA JAPONESA: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A AGÊNCIA JAPONESA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
(JICA) EM MOÇAMBIQUE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 14 de Fevereiro de 2022.

ACARAPE- CE

2021

LISTA DE SIGLAS

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

CAD - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FMI - Fundo Monetário Internacional

IIGM - 2ª Guerra Mundial

JICA - Japan International Cooperation Agency (Agência Japonesa de Cooperação Internacional)

LDC - Least Developed Countries (Países Menos Desenvolvidos)

MoFA - Ministry of Foreign Affairs of Japan (Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão)

NEPAD - New Partnership for Africa's Development
(Nova Parceria para o Desenvolvimento da África)

ONGs - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TICAD - Tokyo International Conference for African Development (Conferência Internacional Tóquio para o Desenvolvimento de África)

UA - União Africana

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETIVOS.....	Erro! Indicador não definido.
2.1. Objetivo Geral.....	Erro! Indicador não definido.
2.2. Objetivos Específicos.....	Erro! Indicador não definido.
3. JUSTIFICATIVA.....	Erro! Indicador não definido.
4. HIPÓTESES.....	Erro! Indicador não definido.
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
5.1. Política Externa e Política de Ajuda Externa: Conceito.....	10
5.2. Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA).....	12
6. RELAÇÕES JAPÃO- ÁFRICA.....	13
6.1. Após a Segunda Guerra Mundial até a primeira Crise petrolífera em 1973.....	14
6.2. Promoção da diplomacia japonesa com a África de 1976 a 1989.....	14
6.3. O Japão como um dos principais doadores da APD na década de 1990.....	15
6.4. Análise da política externa japonesa com a África na década de 2000.....	15
6.5. Relações Japão-África de 2010 até ao presente.....	16
7. RELAÇÕES JAPÃO-MOÇAMBIQUE.....	16
7.1. Agencia de Cooperação Internacional do Japão em Moçambique.....	18
8. METODOLOGIA.....	21
9. CRONOGRAMA.....	23
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24
11. ANEXO 1.....	26

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como finalidade fazer um estudo sobre a política de ajuda externa japonesa, através da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Entende-se por política externa o conjunto de objetivos políticos que um determinado Estado almeja alcançar nas suas relações diplomáticas com os demais países do mundo. Trata-se de estratégias e instrumentos escolhidos pelos responsáveis governamentais pela formulação política para responder ao ambiente externo atual e futuro. (ROSATI, 1994: 225).

Após a derrota do Japão na segunda guerra mundial, que retirou o país da arena Internacional como potência imperial e instalou um sistema de governo democrático, a Terra do Sol Nascente ascendeu no Cenário Internacional durante a Guerra Fria, estabelecendo-se e se consolidando como potência econômica até aos dias de hoje. É notável que a política externa do Japão tem se caracterizado pelo pacifismo, por um lado, e por outro uma aliança subalterna com os Estados Unidos da América. (SÃO PAULO, 2007)

Depois da segunda guerra mundial o Japão acentuou sua política externa em três princípios: diplomacia centrada pela ONU, cooperação com o mundo livre e a preservação da identidade do Japão como nação Asiática. A falta de recursos para gastar com a política externa fez com que líderes Japoneses baseassem laços militares e de segurança mais estreitos com os EUA, o que alinhou o Japão com o Ocidente, enquanto gastava os recursos que tinha em reparações de Guerra aos países Asiáticos. Desde a Guerra fria o Japão passou a perseguir uma política externa voltada à cooperação e ao desenvolvimento econômico dos países emergentes, como é o caso de Moçambique, através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), que é o objeto de análise neste Projeto de pesquisa. (CHIARELI, 2009).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As principais questões teóricas deste projeto de pesquisa para a elaboração do trabalho de conclusão de curso são: Ajuda Externa, Política externa e Cooperação Internacional. Os temas

adjacentes como Relações Internacionais, Relações Japão-África e Japão-Moçambique serão discutidos a partir das questões principais.

2.1. Política Externa e Política de Ajuda Externa: Conceito

Quando falamos de ajuda, alguns dicionários nos remetem a cooperação, assistência, altruísmo e benevolência. Mas quando interpretamos as motivações para o fornecimento da ajuda externa sobre princípios de altruísmo ofuscamos a compreensão da lógica de assistência. Existe uma estrita relação entre ajuda externa e política externa, de tal modo que ajuda externa consiste em uma ferramenta da política externa (LANCASTER 2007).

Quando olhamos para os conceitos Ajuda Externa percebe-se que é a transferência voluntária de recursos financeiros, bens ou serviços para um Estado e respectiva sociedade, na forma de donativos ou empréstimos bonificados, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Enquanto que a Política Externa se define como uma política pública, ou seja, um conjunto de medidas, decisões e programas utilizados pelo governo de uma nação ou país para projetar e direcionar suas ações políticas no exterior.

Deste modo, a ajuda externa está alinhada aos interesses e estratégias da política externa. Contudo, isso não quer dizer que a ajuda se restringe às razões éticas e morais, o que nos leva a afirmar que a ajuda externa é, de facto, um instrumento de política externa. A ajuda externa nada mais é que um instrumento importante para a estratégia de cooperação entre Estados e há que reconhecer que há condicionalismos por parte dos “doadores” para com os “ajudados”.

A ajuda externa japonesa começa em 6 de outubro de 1954, depois que o Japão assinou o Plano Colombo¹, que se compromete a prestar ajuda aos países necessitados. Esta data foi instituída pelo governo japonês como marco zero da Assistência Oficial para o Desenvolvimento

¹ Em 1951, foi elaborado o Plano Colombo, uma organização dirigida para os países do Sudeste Asiático, ou também, os Tigres Asiáticos, com intenções de reestruturação social. De forma mais clara, seriam empréstimos cedidos aos países asiáticos. Os norte-americanos realizaram investimentos para estimular a economia do sub-continente, mas o volume de capital investido foi muito menor ao destacado para o Plano Marshall, portanto bem menos ambicioso, para estimular o desenvolvimento de países do sul e sudeste da Ásia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Colombo

(ODA²) japonesa³ e decretado como dia da cooperação internacional, primeiramente oferecendo ajuda técnica, sob forma de reparação aos danos causados durante a segunda guerra mundial, passou então nos anos subsequentes a ser um dos maiores atores na cooperação internacional para o desenvolvimento. Inicialmente, os objetivos da assistência eram promover a reconstrução regional e a estabilidade econômica, política e social na região.

Nos meados dos anos 50 os interesses passaram a ser de intensificar as relações comerciais com os parceiros asiáticos. Em 1958 o Japão ofereceu o primeiro empréstimo de assistência para o desenvolvimento, que foi destinado à Índia (JAPÃO, 2004b apud ARAGUSUKU, 2011). No início da década de 1970, segundo Brochier (apud ARAGUSUKU, 2011), o Japão estava em pleno processo de desenvolvimento econômico e industrial, apresentando taxas de crescimento substanciais e, para manter essa alta, a diversificação das relações comerciais se fez necessária como meio de elevar a autonomia do Japão no comércio internacional. Nesse sentido, a saída encontrada foi buscar novos horizontes na Europa e nos países em desenvolvimento.

A crise petrolífera de 1973⁴ gerou a globalização da ajuda externa japonesa que teve como consequências, segundo Aragusuku (2011), duas situações distintas: por um lado a estagnação do programa de ajuda externa e por outro lado a distribuição da ajuda oficial pelo mundo. Nesse contexto, a ODA foi usada como mecanismo de aproximação com outros países exportadores de petróleo. Nos anos seguintes decorreu o início e a implementação das Metas de Médio Prazo

² A assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) é uma categoria usada pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para medir a ajuda externa. 1969. É amplamente utilizado como um indicador do fluxo de ajuda internacional. Refere-se aos recursos materiais doados pelos governos dos países mais ricos para promover o desenvolvimento econômico dos países mais pobres e o bem-estar de seu povo. A agência governamental doadora pode desembolsar tais recursos para o governo do país receptor ou por meio de outras organizações. A maior parte da AOD é na forma de doativos, mas parte é medida como o valor concessional em empréstimos brandos (juros baixos).

³ A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) japonesa é um braço do Ministério das Relações Exteriores do Japão. O objetivo é ajudar as nações em desenvolvimento com suprimentos, engenharia civil e outros atendimentos. A APD foi iniciada em 1954, depois que o Japão assinou o Plano Colombo, que se compromete a prestar ajuda aos países necessitados.

⁴ A crise petrolífera de 1973 teve início em outubro de 1973 quando os membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) proclamaram um embargo petrolífero. O embargo foi direcionado as nações que eram vistas como apoiadoras de Israel durante a Guerra do Yom Kippur. As **nações alvos** do embargo foram inicialmente o Canadá, o Japão, a Holanda, o Reino Unido e os Estados Unidos, com o embargo também mais tarde se expandindo a Portugal, a Rodésia e a África do Sul. Até o fim do embargo, em março de 1974,[2] o preço do petróleo subiu de US\$ 3 por barril para cerca de US\$ 12 no mundo inteiro; Os preços nos EUA foram ainda maiores. O embargo causou uma crise de petróleo, ou "choque", com muitos efeitos de curto ou longo prazo na política e economia global. Mais tarde, foi chamado de o "primeiro choque do petróleo", seguido pela crise do petróleo de 1979, chamado de o "segundo choque do petróleo." Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_petrol%C3%ADferade_1973

(Medium-Term Target) que consistia na duplicação do montante total de recursos fornecidos no período anterior e, também, num segundo momento, melhorar a qualidade de ajuda elevando a porcentagem de recursos destinados aos projetos na área de necessidades humanas básicas, não tendo o sucesso esperado.

Em 1989 o Japão passa a ser o maior fornecedor de assistência no mundo, suplantando os Estados Unidos da América (EUA), sendo nesse período o auge do sucesso econômico e financeiro e se tornando no maior credor mundial.

Em 1992 o governo japonês anunciou a Carta japonesa de assistência oficial para o desenvolvimento, que se constitui em documento base para a política japonesa e as diretrizes da ODA japonesa, assunto que é tópico a seguir. Durante toda a década de 90 o Japão segue como protagonista no fornecimento da ajuda externa.

A partir do início do século XXI o fornecimento da ajuda externa foi reduzido por conta da estagnação da economia japonesa, resultante da crise imobiliária e acionária do início da década de 1990. Ainda assim, o Japão continuou sendo um dos maiores fornecedores na primeira década do século XXI.

Para a compreensão da política de ajuda externa japonesa para Moçambique, e se fazer análise da Agencia de Cooperação Internacional Japonesa (JICA) é necessário compreender alguns aspectos, conceitos e principais contextos, a saber: O contexto para criação de programas de cooperação; Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA); a Ajuda Pública para o Desenvolvimento (ADP); o contexto para o surgimento da JICA, as Relações Japão – África e; a ADP em Moçambique.

2.2. Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA)

Segundo a Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), ODA se define como todo o fluxo de investimento financeiramente administrado que tenha como promoção o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento de riqueza do país. Sua competência é potencializar os investimentos governamentais em áreas-chaves do país.

O governo japonês classificou os conceitos de emprego da ODA em: Ajuda Subvencionada, Auxílio de empréstimo e Cooperação Técnica.

Em junho de 1992 o Gabinete do então Primeiro-Ministro Miyazawa Kiichi promulgou a Carta da ODA, com a finalidade de definir os princípios de aplicação deste importante dispositivo

diplomático e econômico: (1) dar suporte ao desenvolvimento autossustentado, dando prioridade aos esforços de construção de infraestrutura, desenvolvimento de um sistema legal e estrutura econômica e social; (2) fornecer recursos para a promoção de segurança humana, fortalecimento de instituições que mitiguem conflitos, prevenção diante de desastres naturais, combate a doenças infecciosas e a consolidação de comunidades locais; (3) formulação de políticas igualitárias, desenvolvimento social e diminuição das diferenças de renda entre ricos e pobres; (4) utilização de *experts* japoneses na solução de problemas, com o envio de pessoal capacitado e, por final; (5) a construção de um sistema de colaboração do Japão para com a comunidade internacional.

3. RELAÇÕES JAPÃO-ÁFRICA

O Japão celebra quase 60 anos desde o início da diplomacia com o continente africano, após a Segunda Guerra Mundial (IIGM). Durante esse tempo África e os africanos foram obtendo cada vez mais destaque junto a política externa japonesa. Carvalho (2017 apud SHIMADA, 2017) diz que as relações Japão – África começaram a se efetivar logo após a assinatura do Tratado de São Francisco⁵ entre o Japão e as forças aliadas. Depois da guerra, o Japão estabeleceu relações bilaterais com estados Africanos recém independentes como: Etiópia, Libéria, Egito e África do Sul. (SHIMADA, 2017)

A Ajuda Pública para o Desenvolvimento (ADP) japonesa para África teve início com a participação do Japão no Plano Colombo em 1954 (CARVALHO, 2009: 137). Este facto levou o Japão a estabelecer duas organizações oficiais, a Agência para Cooperação Técnica Exterior (Overseas Technical Cooperation Agency - OCTA)) e o Serviço de Emigração Japonesa (Japan Emigration Service - JEMIS), posteriormente reorganizadas com a criação da JICA em 2003. Em 1996, confirma-se o primeiro envio de Jovens Voluntários da JICA (JOCV) para o Quênia. (JICA apud SHIMADA, 2017).

⁵ O Tratado de Paz de São Francisco é um tratado de paz assinado entre o Japão e as Potências Aliadas após o término da Segunda Guerra Mundial. Em 8 de setembro de 1951, uma conferência de paz foi realizada em São Francisco, nos Estados Unidos, e o Tratado foi assinado pelo Japão e outras 48 nações. Em 28 de abril de 1952, a promulgação deste tratado habilitou o Japão a restaurar sua soberania. O tratado estipulou que "O Japão, ao reconhecer a independência da Coreia, renuncia a todos os direitos, títulos e reivindicações sobre a Coreia, incluindo as ilhas de Quelpart, Port Hamilton e Dagelet". Disponível em: https://www.br.emb-japan.go.jp/territory/takeshima/pdfs/takeshima_pamphlet.pdf

Kanako Shimada (2011) sugere 5 fases para facilitar a compreensão das relações Japão-África:

3.1. Após a Segunda Guerra Mundial até a primeira Crise petrolífera em 1973

A diplomacia japonesa com África teve o início em 1951, quando foi assinado o tratado de São Francisco entre o Japão e as forças aliadas. O Japão restabeleceu relações bilaterais com vários países africanos aliados aos países integrantes do bloco ocidental, tais como Etiópia e Libéria o Egito e África do sul.

É necessário compreender que nesta altura o governo japonês dava maior atenção aos países da Ásia do que outros, razões por que visava reparar as relações com os países asiáticos, então as políticas de Ajuda ao desenvolvimento do Japão para África eram residuais, e praticamente inexistentes (CARVALHO apud SHIMADA 2011). Entretanto, a reconstrução da diplomacia japonesa com os países africanos não tinha como objetivo o aumento da Ajuda pública para o desenvolvimento para África, porque economicamente a política japonesa era agregada à um conceito baseado na separação ente política e economia. A segunda:

3.2. Promoção da diplomacia japonesa com a África de 1976 a 1989.

Até a década de 1970 o Japão já tinha uma relação mais estabelecida com regiões como a Ásia, Europa e médio-orientes do que com a África. Nessas regiões o Japão já tinha algum tipo de comércio e investimento direto privado. Mas as crises petrolíferas, a revolução iraniana e o choque Nixon deram um novo alento a política externa com África, passando a dar mais atenção por razões econômicas e político-estratégicas, mas também humanitárias. (RAPOSO, 2014).

Nesta fase a política externa japonesa com a África⁶ colocava maior enfoque na diplomacia para obtenção de recursos naturais para segurança econômica do Japão. Logo após a crise de petróleo o Japão apercebe-se da dependência energética que tinha com os países do médio oriente e começou a promover a diplomacia com a África a procura de uma nova fonte de recursos

⁶ A base da política diplomática do Japão em relação à África é a promoção da amizade e cooperação mutuamente benéfica.

naturais. Em 1979 Toshio Kimura⁷, então Ministro das Relações Exteriores do Japão, realiza a primeira visita para alguns países da África subsaariana como Gana, Nigéria Tanzânia e Zaire (atual RD do Congo). Nessa mesma viagem ele visitou cinco países da mesma região - Nigéria, Tanzânia, a Costa do Marfim, Senegal e o Quênia -, depois da segunda crise petrolífera de 1979 (SATO apud SHIMADA, 2017). No início da década de 1980 a política da Ajuda para o desenvolvimento Japonesa aumentou devido ao pedido dos países desenvolvidos, como Estados Unidos da América. Desse modo, pode entender-se que a política externa do Japão para África tinha dois aspectos simultâneos: (a) segurança da economia nacional e (b) cooperação internacional. A terceira:

3.3. O Japão como um dos principais doadores da APD na década de 1990.

Segundo Kasongo (apud SHIMADA, 2017), com a queda do muro de Berlim que marca o fim da guerra fria em 1989 e com a globalização aumenta a percepção japonesa da situação de pobreza extrema e conflitos internos em África, o que levou o Japão a alterar a sua política externa para África. Com o fim da guerra fria os estados unidos da América e a União das repúblicas socialistas soviéticas (URSS) perdem o interesse na expansão ideológica em África através da política de ajuda ao desenvolvimento (ADP) e os países desenvolvidos que apoiavam os países africanos começaram a concentrar sua atenção nos novos países da Europa do Leste, que eram antigas repúblicas soviéticas, o que levou a uma redução de fundos. Nesse período o Japão era o único país que discursava sobre a importância de construir relações mais fortes com a África, e aumentou a ajuda pública para o desenvolvimento deste continente. A quarta:

3.4. Análise da política externa japonesa com a África na década de 2000.

Com a conferência internacional de Tóquio para desenvolvimento da África, na década de 2000, o Japão não consegue evitar uma redução de empréstimos concedidos aos países africanos

⁷ Toshio Kimura (1909 – 1983) foi nomeado ministro das Relações Exteriores pelo então primeiro-ministro Kakuei Tanaka em meados de julho de 1974, substituindo Masayoshi Ohira. Kimura esteve no cargo por seis meses em 1974. Visitou a África no final de outubro e início de novembro de 1974, que iniciou a cooperação entre os países africanos e o Japão. Foi o primeiro alto funcionário do governo japonês a visitar países africanos. A sua visita à África incluiu Gana, Nigéria, Zaire (agora República Democrática do Congo), Tanzânia e Egito. Em seguida, Kimura tornou-se chefe do Grupo de Estudos Asiático-Africanos do LDP em 1977. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Toshio_Kimura

por conta da acumulação de dívidas destes, e pelo impedimento de prestar mais ajuda por causa da instabilidade política em algumas áreas.

Contudo, em 2001 há mudanças significativas e positivas do lado dos países africanos que possibilitou o nascimento da nova parceria para o desenvolvimento de África (NEPAD), impulsionada pela determinação voluntária dos líderes africanos em conduzir os seus destinos, tendo culminado com a criação da União Africana (UA)⁸, em 2002.

Com esta série de positivities o Japão apercebeu-se que a ajuda pública para o desenvolvimento tinha que ser alocada de forma mais eficaz, apesar do orçamento limitado, reformando políticas e fortalecendo o sistema de implementação dos projetos. (JICA, apud SHIMADA, 2017). Desde esse período até 2008 o Japão foi alterando a sua ajuda pública para o desenvolvimento, e uma das razões que levou a alteração prende-se com a expansão da presença de alguns países emergentes em África, como China e Índia. A quinta:

3.5. Relações Japão-África de 2010 até ao presente.

Segundo o ministério dos negócios estrangeiros japonês (Ministry of Foreign Affairs of Japan), pode-se considerar positiva a participação de empresas privadas e sociedade civil porque foram estabelecidos novos parceiros de desenvolvimento e manifestação de novas características de representação, como o resultado do ajustamento da política externa japonesa para África.

Foi nessa altura em que o Japão, através do seu ministério de negócios estrangeiros e também de representação do setor privado e no pacote de apoio para África, realiza constantes conferências e reuniões com vista ao fortalecimento da cooperação entre Japão e África. Pode-se constatar que a atual política externa do Japão criou condições para o crescimento econômico de vários países africanos, com especial destaque para Moçambique. (SHIMADA, 2017).

4. RELAÇÕES JAPÃO-MOÇAMBIQUE

A República de Moçambique é um país situado na África Austral mais concretamente no sudeste do continente africano, banhado pelo oceano Índico a leste, fazendo fronteira com países como a Tanzânia, Malawi, Zimbabwe, Zâmbia, África do Sul e Suazilândia, o país tem 11 províncias sendo a sua capital Maputo. Embora seja um dos países mais pobres do mundo tem uma taxa de desenvolvimento econômica alta de 7,24% nos últimos 10 anos. O nível de desenvolvimento humano é muito baixo, não obstante, estar

⁸ Organização da Unilade Africana (OUA)

classificada em 181 num total de 188 países. (UFJ INSTITUTE E JETRO, 2005 apud SHIMADA, 2007). As principais razões para este fenómeno são a desigualdade de género, saúde, saneamento e educação (THE WORLD BANK IN MOZAMBIQUE apud SHIMADA 2007).

Para a compreensão das atividades da JICA em Moçambique é necessário conhecer o histórico das relações Moçambique – Japão, que sempre foram bastante amigáveis e dinâmicas, embora elas tenham ganhado um novo escopo depois de 1975 - ano da proclamação da independência de Moçambique. O que vem confirmar essa afirmação é que o antigo Primeiro Ministro Japonês Shinzo Abe fez em janeiro de 2014⁹ uma visita a Moçambique com o objetivo de aprofundar as relações bilaterais entre o Japão e Moçambique e aumentar as condições para desenvolvimento da cooperação econômica entre os dois países parceiros, aproveitando para apresentar seu interesse em cooperar para o desenvolvimento sustentável, econômico e social do país, onde várias empresas japonesas estão envolvidas em atividades comerciais e industriais, com uso sustentável dos recursos naturais.

O primeiro acordo de investimento entre Japão e um país da África subsaariana foi com Moçambique, assinado na V Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD V)¹⁰, em junho de 2013, que fortaleceu as relações bilaterais. Tratou-se de uma visita que serviu para transmitir confiança aos investidores japoneses. Segundo análise de número de empresas japonesas em Moçambique que eram 8 em 2011, passou a ser de 19 em 2014 e 27 em 2015, o que significa haver mais empresas japonesas em Moçambique, se comparado com qualquer outro país dos PALOP. Segundo Shimada (2017), o impacto da visita do PM japonês foi claro e visível **tanto** no estreitamento das relações bilaterais através dos canais diplomáticos e

⁹ Esta primeira **visita no espaço de oito anos, de um primeiro ministro japonês**, a Moçambique, está a ser denunciada por sectores ligados à agricultura moçambicana, com sendo perigosa e imperial, para além do Japão ser acusado de estar a implementar uma política colonial no sector agrícola africano, nomeadamente moçambicano. Uma crítica que está relacionada com o **projecto agrícola Pró-Savana**, a ser implementado nas províncias moçambicanas nortenhas de Niassa, Nampula e Zambézia e que abrange uma área de 11 milhões de hectares. O projecto envolvendo Moçambique, o Japão e o Brasil, é denunciado em entrevista a Miguel Martins, por **Jeremias Vunjanhe, coordenador da ADECRU**, Acção Académica, para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais, como sendo uma **"corrida desenfreada de grandes potências, como o Japão, para a ocupação de terras em Moçambique, em detrimento das populações locais."** Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/africa/20140111-primeiro-ministro-japones-shinzo-abe-visita-mocambique>

¹⁰ O tema da TICAD V foi “De mãos dadas com uma África mais dinâmica”. TICAD significa Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano. O Governo do Japão tem liderado esta conferência desde 1993, co-organizada pelas Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial e Comissão da União Africana (CUA).

comerciais, **quanto** pela avaliação dos projetos multidimensionais e ainda para o desenvolvimento social e econômico assumidos pela Assistência Oficial ao Desenvolvimento (APD)¹¹

4.1. Agência de Cooperação Internacional do Japão em Moçambique

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) em Moçambique, é a agência governamental que coordena a Assistência Oficial ao desenvolvimento em nome do governo do Japão. O governo japonês desenhou um plano estratégico com cerca de 25 projetos sob a orientação e coordenação da JICA, para a assistência ao plano de atividades de redução da pobreza moçambicano com foco prioritário no desenvolvimento de infraestruturas para a revitalização econômica das áreas rurais, desenvolvimento humano e social, implementação de sistema de prevenção de desastres naturais e mudanças climáticas.

O Governo de Moçambique formulou um plano de atividade de redução da pobreza (PARP 2011-2014, apud SHIMADA) e identificou três objetivos prioritários: 1) Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira; Promoção de Emprego e; 3) Desenvolvimento Humano e Social. Foi através deste plano do governo moçambicano – PARP -, que o governo japonês desenvolveu o plano estratégico de assistência com foco nos seguintes pontos prioritários: 1- desenvolvimento de infraestruturas para revitalização econômica das áreas rurais onde o desenvolvimento tende a ser adiado; 2- desenvolvimento humano e social, como melhoria do acesso aos serviços de saúde, educação básica e acesso à água potável e; 3 – Implementação de sistema de prevenção de desastres naturais ou de mudanças climáticas, como o abastecimento de um sistema de observação meteorológica para fortalecer a capacidade de resposta a riscos, como desastres preliminares, o fortalecimento da capacidade para gerir recursos florestais e a melhoria da capacidade de eliminação de resíduos em áreas urbanas.

Desse modo, a nossa análise ficará restrita em um programa e um projeto principais para melhor compreensão das atividades da JICA em Moçambique: Programa de Desenvolvimento do Corredor de Nacala e o PROSAVANA.

¹¹ A **Assistência Oficial ao Desenvolvimento** é um braço do [Ministério das Relações Exteriores do Japão](#). O objetivo é ajudar as nações em desenvolvimento com suprimentos, engenharia civil e outros atendimentos. A APD foi iniciado em [1954](#), depois que o Japão assinou o [Plano Colombo](#), que se compromete a prestar ajuda aos países necessitados. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Assist%C3%Aancia_Oficial_ao_Developmento_\(Jap%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Assist%C3%Aancia_Oficial_ao_Developmento_(Jap%C3%A3o))

O Japão criou um fundo de 70 Bilhões de ienes (YPY), o equivalente a 3 Bilhões de reais (Brasil) – cerca de 38 Bilhões de meticais (Moçambique) -, para apoiar na realização do Programa de Desenvolvimento do Corredor de Nacala através do pacote de Apoio ao Crescimento Mutuo de Japão–Moçambique que incrementaria os recursos adquiridos com vista a prosperidade do povo moçambicano.

O Corredor de Nacala, localizado no norte de Moçambique, foi durante muito tempo a rota mais importante de exportação por Moçambique pelo país vizinho Malawi, através do porto de Nacala, havendo além do porto linhas ferroviárias. Essas infraestruturas foram parcial ou totalmente destruídas durante a guerra civil em Moçambique (1977 – 1992). A reparação das instalações ferroviárias e de comboio no corredor foram realizadas com ajuda financeira dos países desenvolvidos, mas o desenvolvimento rural nas províncias ao redor do corredor de Nacala em Nampula, Cabo delgado e Zambézia ficou abandonado devido à distância da capital, onde se desenhavam os planos estratégicos para o desenvolvimento do país.

No entanto, na década de 2000 esta área acaba por atingir um nível de recuperação que a tornou mais atraente do ponto de vista de polo atrativo de investimento privado. Para tal o Porto de Nacala desempenhou um papel de extrema importância, pois serve de porta de entrada para o corredor. Em 2007 passou a ser considerada uma zona especial, e doadores como Japão e demais parceiros realizaram a reabilitação da rede rodoviária ligando todas as províncias do entorno do corredor de Nacala. Como resultado, o investimento privado na agricultura e floresta e a ação industrial aumentou nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia (JICA, 2015). Isso facultou a descoberta de reservas de carvão na província de Tete e de gás natural na província de Cabo Delgado e a promoção do desenvolvimento rural pelo setor privado. O programa de desenvolvimento do corredor de Nacala é um dos projetos de máxima importância para o governo japonês, tendo sido direcionados 12 projetos, que são:

1. desenvolvimento do porto de Nacala;
2. reforço de transmissão e distribuição;
3. construção da estrada Mandimba-Lichinga;
4. construção de pontes Ile-Cuamba;
5. construção de pontes na estrada nacional 380;
6. construção de institutos de formação do pessoal em saúde e provisão de equipamento de treinamento;

7. construção do instituto de formação de professores primários, etc.
8. e não menos importante o Programa de Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique designado ProSAVANA.

O ProSAVANA é um programa triangular através da cooperação entre Japão, Brasil e Moçambique, tendo como objetivo criar modelos agrícolas através do desenvolvimento agrícola sustentável para melhorar a vida dos moradores locais, e aumentar a produtividade dos mesmos, e criar empregos através do investimento. (JICA, 2018)

Depois da conquista da independência Moçambique realizou vários projetos para o desenvolvimento da agricultura com apoio dos países desenvolvidos. Um desses projetos, na segunda metade da década de 2000, foi a Revolução Verde, de versão africana, que começou a ser internacionalmente discutida e em Moçambique reconheceu-se a necessidade de fortalecimento de produtividade do pequeno agricultor para garantir o aumento e o abastecimento sustentável de alimentos. (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar – MASA, 2018)

Nesse período o Japão reforçou sua cooperação com Brasil devido aos laços historicamente fortes por via da imigração japonesa para o Brasil e na conversação bilateral Japão - Brasil na cimeira do G8, realizada em julho de 2009. O primeiro-ministro japonês Taro Aso e o Presidente brasileiro Lula da Silva debateram a possibilidade de cooperação em desenvolvimento agrícola na savana tropical africana, aplicando experiências de cooperação bilateral no desenvolvimento agrícola do cerrado brasileiro.

O que se referiu nessa conversação foi o projeto PRODECER (Programa de Cooperação Nipo - Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), realizado de 1939 a 1999, na área chamada cerrado, em que se converteu a terra infertilizada no maior campo mundial de produção de grau de soja. A perspectiva das autoridades era a aplicação desta experiência em Moçambique, especificamente no corredor de Nacala, uma zona semelhante pelo menos na descrição e latitude do cerrado brasileiro. Perante esses fatos, em setembro de 2009 representantes dos três países chegaram a um acordo para realizar um projeto triangular agrícola, passando a fase de pesquisa e preparação, tendo tido o início do ProSAVANA em 2011. Este projeto agrícola é composto por três subprojetos principais: 1- A melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologias, 2- Apoio ao plano diretor para o desenvolvimento agrícola no corredor de Nacala e; 3- Melhoria do serviço de extensão agrária.

Mesmo com uma série de fatores acessíveis para a implementação do projeto, houve discordância entre diversos atores do programa - especialistas e da sociedade civil -, havendo mesmo campanhas contra o referido projeto, e a revisão do programa foi posta em causa. (CARVALHO, 2015)

Segundo Leitão (2015), a origem do ProSAVANA estava na intenção política do Japão para fortalecer os laços com o Brasil e a África, tendo como motivo aumentar a sua presença nas cimeiras ou ganhar um bom estatuto na comunidade internacional, sendo que os direitos dos pequenos agricultores, as suas necessidades e a discordância destes com o programa não estava contemplado nas negociações. O ProSAVANA na realidade era considerado como uma parte do programa de parceria Brasil e Japão que teve início em 2000. Vários especialistas concordam que as semelhanças relativas ao solo, ao clima e às semelhanças habitacionais entre as duas regiões são praticamente nulas. Leitão sustenta que vários grupos de cidadãos que se opõem ao programa reclamam que o processo não ajuda a agricultura familiar, mas só promove investimento do agronegócio, levando ainda maior expropriação dos camponeses das suas próprias terras, e essa preocupação aumenta na existência de ambiguidades no registro de terras e quando surge a necessidade de resolver conflitos de terras entre comunidades rurais e empresas interessadas o estado surge ao lado das multinacionais, deixando o processo ficar pouco transparente em termos de prestação de informações para as comunidades, estabelecimento de compromissos escritos e avaliação econômica dos bens e, se necessário, com forças policiais repressivas.

Estes grupos que se opõem ao projeto argumentam que eles nem sempre são convidados para fóruns ou audiências públicas onde são abordados os planos implementados no ProSAVANA. Sendo assim, conseguem obter poucas informações e embora tenham sido convidados não havia oportunidade para os agricultores locais questionarem nos eventos, pois tem sido concentrado apenas em apresentações pelo governo de Moçambique e, desse modo, cria-se uma enorme discrepância entre o idealismo escrito no projeto e a realidade, criando-se pressão sobre o programa, pois é visto como sendo um símbolo do neocolonialismo e o retorno da escravidão.

5. METODOLOGIA

Durante a pesquisa será aplicada a análise de conteúdo, que segundo Moraes (1999, 9) constitui-se numa metodologia de pesquisa utilizada na descrição e interpretação de documentos e textos das mais diversas classes, através de descrições sistemáticas. Ela ajuda o pesquisador a

reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão mais aprofundada destas. Oliveira (2011, apud BARDIN, 2011) afirma que a análise de conteúdo possui duas funções básicas: Função Heurística – aumenta a prospecção à descoberta, enriquecendo a tentativa exploratória e função de administração da prova – em que, pela análise, buscam-se provas para afirmação de uma hipótese.

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa leva o pesquisador a “captar o fenômeno em estudo” a partir do olhar dos sujeitos neles inseridos, leva em consideração todos os pontos relevantes. Neste sentido, são vários pontos analisados para que se entenda a dinâmica do assunto, portanto, para a compreensão da Agencia Internacional de Cooperação Japonesa.

Segundo Silveira e Córdova (1998), na pesquisa qualitativa o cientista é ao mesmo tempo o sujeito das pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande. O que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. Creswell, (2007), por sua vez, diz que a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Cabe citar Gil (apud LIMA; MIOTO, 2007) que diz que a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objetivo de estudo proposto. Então, na realização da pesquisa qualitativa, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, sendo uma pesquisa que ajuda a fazer um levantamento de um referencial teórico de tudo que já foi escrito e publicado sobre a temática - artigos científicos, dissertações, teses, livros, TCC, etc.

Pretende-se, durante a pesquisa, contatar a JICA em Moçambique e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, afim de adquirir materiais, realizar entrevistas e consequentemente ajudar no aprimoramento da pesquisa.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGUSUKU, Juliano Akira de Souza. **A assistência oficial para o desenvolvimento na política externa japonesa**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011
- CARVALHO, Raposo de Medeiros (2016), “**The Evolution of Japan’s Role in ‘Lusophone’ Africa: From Inertia to Action**”, *The South African Journal of International Affairs*.
- CARVALHO, Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros (2009), “**Evolution of Japan’s Foreign Policy to Africa and the TICAD Process**”, *Política Internacional e Segurança-Universidade Lusíada*, nº2.
- CARVALHO, Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros (2016), “**The Evolution of Japan’s Role in ‘Lusophone’ Africa: From Inertia to Action**”, *The South African Journal of International Affairs*, 23.
- CHIARELI, Joao Rodrigues, **Agência de cooperação internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: Mecanismos de integração regional**, UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FREIRE, Maria Raquel, **Política Externa As Relações Internacionais em Mudança**, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- GODOY, Arilda S., **Introdução aa pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, In *Revista de administração de Empresas*, V. 35, n.º 2, 1995.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- JICA (s.a.a), “**Japanese ODA Executing Agencies, History and Integration**”, consultado em 29.11.2021, disponível em: <https://www.jica.go.jp/english/about/history/index.html>,
- JICA ANNUAL REPORT, 2018.
- JICA **Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique (PROSAVANA)**, 2018
- LANCASTER, Carol – **Ajuda externa: Diplomacia, Desenvolvimento e Política doméstica**. The University of Chicago Press LTDA. 2007.
- MASA, Consensos para implementação do ProSAVANA. Disponível em: <https://www.agricultura.gov.mz/comunicado-de-imprensa-prosavana/>

- MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**, Revista Educação, Porto Alegre, nr. 37, Marco 1999.
- Ministry of Foreign Affairs. **Japan's ODA White Paper 2007**. Tokyo: MOFA, 2007a. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp>>.
- OLIVEIRA, D. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- RAPOSO, Pedro Amakasu (2014a), **Japan's Foreign Aid Policy in Africa: Evaluating the TICAD Process**, New York, Palgrave Macmillan.
- ROSATI, Jerel A. (1994), “**Cycles in foreign policy restructuring: the politics of continuity and change in U.S.**”. **Foreign policy restructuring: how governments respond to global change**. Studies in international relations. Columbia, Univ. of South Carolina Press.
- SHIMADA, Kanako, **Desenvolvimentos e Desafios das Relações Japão-Africa – Estudo de caso na cooperação Econômica em Moçambique**, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.
- SILVEIRA, Denise Tolfo & CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. “+++”. In: GERHARD, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira (Coord.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. <http://www.mofa.go.jp/mofaj/files/000162699.pdf>

ANEXO 1

